



**Processo nº** 23034.022674/2002-43

**Recurso** Voluntário

**Resolução nº** 2301-000.990 – 2<sup>a</sup> Seção de Julgamento / 3<sup>a</sup> Câmara / 1<sup>a</sup> Turma  
Ordinária

**Sessão de** 8 de março de 2023

**Assunto** FNDE

**Recorrente** UNIPAR PARTICIPACOES S.A.

**Interessado** FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Resolvem, os membros do colegiado, por unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência para que a autoridade preparadora esclareça, com base nos documentos autuados e na alegação da recorrente, se os valores em cobrança foram efetivamente recolhidos.

(documento assinado digitalmente)

Joao Mauricio Vital - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Fernanda Melo Leal – Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Monica Renata Mello Ferreira Stoll, Wesley Rocha, Flavia Lilian Selmer Dias, Fernanda Melo Leal, Alfredo Jorge Madeira Rosa, Mauricio Dalri Timm do Valle e Joao Mauricio Vital (Presidente).

## Relatório

Com base no Termo de Encerramento, fls. 20, e Informação nº 1856/2002, fls. 21/22, emitiu-se Notificação para Recolhimento de Débito nº 662/2002, fls. 23, referente às competências 01/1997 a 06/1997, 01/1998 a 06/1998, 01/1999 a 06/1999 e 01/2000 a 06/2000, no valor de R\$ 12.731,02, concernente à dedução indevida. A cobrança foi devidamente recepcionada pela empresa, conforme Aviso de Recebimento - AR, fls. 71.

Apresentou defesa tempestiva, fls. 29/70, referente à notificação supracitada, onde a empresa alega que já foram regularizadas as pendências pertinentes ao Programa RAI, bem como houve o recolhimento das diferenças apuradas, mediante guia 1009. Para comprovar anexou cópias de Comprovantes de Arrecadação Direta - CAD's e Relação de Alunos Indenizados - RAI.

Mediante os documentos apresentados, constatou-se que as devoluções pertinentes às deduções indevidas, foram efetivadas ao final de cada exercício em uma única

guia. Assim, foram feitos os acertos necessários, conforme se verifica junto ao demonstrativo de divergências por estabelecimento, fls. 83/87.

A título de complementação informou-se que as devoluções foram realizadas antes da emissão da presente notificação, fls. 31/34. A empresa não povoou os arquivos da RAI, referentes ao 1º semestre de 1999, fls. 84, no entanto, realizou a devolução do valor de R\$ 1.449,00. Dessa forma, houve redução dos valores referentes à dedução indevida concernente às competências 01/99 a 06/99, fls. 90, constantes da presente notificação.

Diante o exposto, fora dado DEFERIMENTO PARCIAL DA DEFESA apresentada pela empresa, esclarecendo que, o débito importa em R\$ 2.971,57, conforme Quadro de Atualização de Débito, fls. 91.

Em sede de Recurso a empresa aduz que de acordo com os demonstrativos ora apresentados, não ha diferenças a serem apuradas, sequer falar-se em recolhimento em recolhimento complementar. Assim, requer cancelamento do débito tendo em vista que as diferenças apuradas na verificação de 08/04/2002 já foram devidamente regularizadas, com os devidos recolhimentos efetuados.

É o relatório.

## **Voto**

Conselheira Fernanda Melo Leal – Relator.

Considerando a dúvida acerca do efetivo pagamento das contribuições e da respectiva análise do órgão competente acerca de tais comprovantes, entendo que deve ser convertido o presente julgamento em diligência para que a autoridade preparadora esclareça se os documentos acostados já haviam sido analisados e se fazem efetiva comprovação do recolhimento.

## **CONCLUSÃO:**

Diante tudo o quanto exposto, voto no sentido de converter o julgamento em diligência, nos moldes acima expostos.

(documento assinado digitalmente)

Fernanda Melo Leal – Relator